

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 79/99  
1ª CÂMARA  
SESSÃO DE 03/02/1999  
PROCESSO DE RECURSO Nº 1/002164/95 e A.I.: 1/337.861  
RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA  
RECORRIDO: ESTRELA DO ORIENTE IND., COM., IMP. E EXP. LTDA.  
RELATOR: MARCOS ANTÔNIO BRASIL

**EMENTA:**

**ICMS – Falta de Recolhimento.** Perece a ação fiscal por extemporaneidade do ato praticado. Auto de Infração absolutamente NULO. Decisão amparada no do Art. 726 do Decreto 21.219/91 do art. 36 da Lei nº 12.145/93 e art. 9º da Instrução Normativa CRF nº 001/86. Decisão por unanimidade de votos.

**RELATÓRIO**

Auto de Infração nº 337.861/94 lavrado em 09.11.94 contra a firma Estrela do Oriente Ind., Com., Imp. e Exportação Ltda.

O relato da peça básica tem o seguinte teor: "Examinando os livros e documentos fiscais da firma acima identificada, constatamos que a mesma deixou de recolher o ICMS destacado nas notas fiscais de entrada de nº 021, 022, 023 e 024 no valor de R\$ 2.635.000,00, referente a aquisição de 56.000 kgs de castanha de caju in natura".

Indica os dispositivos infringidos e sugere como penalidade a capitulada no art. 767 inciso I alínea "c" do Decreto 21.219/91.

As fls. 3 dos autos constam os termos de início e conclusão de fiscalização.

Nas informações complementares, o fiscal ratifica o exposto na peça exordial.

A ordem de serviço que origina a ação fiscal, datada de 09.08.94, encontra-se às fls. 5.

Apenso aos autos (fls. 6/16), constam ainda as notas fiscais de entrada enumerada na inicial e cópia do livro de Registro de Entradas.

Tempestivamente, a autuada ingressa aos autos para impugnar o feito fiscal, alegando ter sido lavrada a peça inicial fora do prazo estabelecido pela legislação e pedindo que se julgue Nulo de pleno direito o AI 337.861/94.

O julgamento de primeira instância foi pela nulidade do processo uma vez que o ato foi extemporaneo.

A Procuradoria Geral do Estado, em seu parecer de nº 001/99, confirma a decisão proferida na instância singular.

É o relatório.

M A B

## VOTO DO RELATOR

Examinando cuidadosamente as peças constitutivas do presente processo, deparamo-nos com várias falhas processuais, merecedoras de citação, haja vista a excessiva negligência fiscal.

Analisando o termo de início de fiscalização de nº 125855 (doc. de fls. 03), observamos que o momento da lavratura ocorreu no dia 10.08.94, ficando o contribuinte sob a ação fiscal no período de 10.08.94 a 10.09.94, (30 dias).

Inexiste no citado documento concessão do prazo mínimo para o contribuinte apresentar os livros e documentos fiscais solicitados (art. 726, VI Dec. 21.219/91).

Termo de conclusão lavrado em 09.11.94, decorrido 91 (noventa e um) dias do início da ação fiscal.

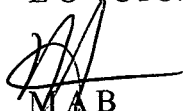
Acompanhando as razões de defesa do acusado, repousa às fls. 27 dos autos, cópia do já citado termo de início de nº 125855, constando como momento da lavratura o dia 10.07.94, estranhamente, lavrado 30 (trinta) dias antes da data estampada na via apresentada pelo agentes fiscal.

Não é compreensível que o autuante indique no Termo de Início que o contribuinte permanecerá sob ação fiscal no prazo de 30 (trinta) dias e lavre o auto de infração 91 (noventa e um) dias o início, considerando o prazo indicado na vida do fiscal, pois se acatarmos o documento apresentado pelo contribuinte, o prazo salta para 121 (cento e vinte e um) dias.

Assim, diante das falhas aqui apresentadas, posto que insanáveis, temos como acertada a declaração de nulidade proferida pela nobre julgadora singular haja vista a extemporaneidade do ato prazo praticado pela autoridade autuante.

Isto posto, nosso voto é no sentido que o Recurso oficial seja conhecido para negar-lhe provimento, mantendo a decisão de nulidade proferida na primeira instância em conformidade com o disposto no art. 32, da Lei 12.732/97.

É O VOTO.

  
M A B

**DECISÃO:**

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é Recorrente a CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e recorrida a empresa ESTRELA DO ORIENTE IND., COM., IMP. E EXP. LTDA.

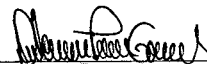
**RESOLVEM** os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos e de acordo com o Parecer da Douta Procuradoria Geral do Estado, conhecer do recurso de ofício, negar-lhe provimento, para o fim de confirmar a decisão proferida na Primeira Instância que declarou Nulo o processo analisado.

SALA DE SESSÕES DA 1ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS em Fortaleza, 04/02/1999

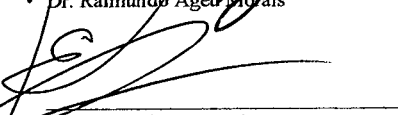
CONSELHEIROS:

  
Dr. Roberto Sales Faria

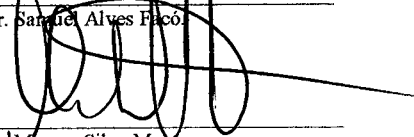
  
Dra. Francisca Elenilda dos Santos

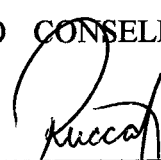
  
Dra. Dulcineide Pereira Gomes

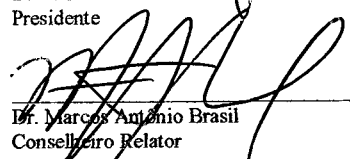
  
Dr. Raimundo Agenor Moraes

  
Dr. Elias Leite Fernandes

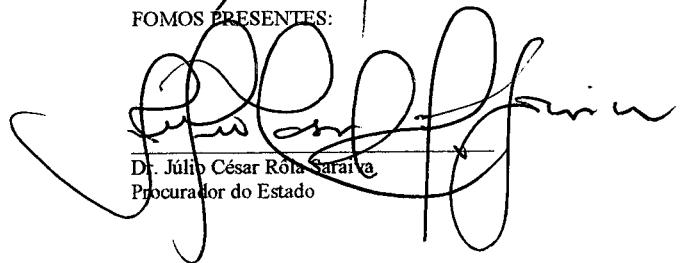
  
Dr. Sarquiel Alves Fico

  
Dr. Marcos Silva Montenegro

  
p/ Dra. Ana Mônica F. Menescal Neiva  
Presidente

  
Dr. Marcos Antônio Brasil  
Conselheiro Relator

FOMOS PRESENTES:

  
Dr. Júlio César Rôla Saraiva  
Procurador do Estado